

Palestra proferida pelo embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), no XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais sobre o tema “Democratização do Conhecimento das Relações Internacionais” (Campo Grande-MS, 30 de abril de 2018).

É uma satisfação estar com vocês na UNIDERP em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para o encerramento do XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais – ENERI. Agradeço aos organizadores o convite para participar deste Encontro Nacional e poder trocar ideias com estudantes de todo o Brasil que escolheram a disciplina das Relações Internacionais, que compreende também o estudo da política externa e da história diplomática brasileira. Desde que assumi a presidência da Fundação Alexandre de Gusmão, em 2014, tenho procurado contribuir para a aproximação entre diplomacia e academia. A Funag é uma fundação vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem como missão promover, inclusive junto à sociedade civil, a consciência da importância do relacionamento externo para o desenvolvimento do Brasil e a salvaguarda dos interesses nacionais.

Minha apresentação hoje é sobre a importância do conhecimento e como promovê-lo para que se possa construir uma sociedade mais justa e um mundo melhor. Tratarei do tema da perspectiva da Funag, um *think-tank* brasileiro e principal editor de obras sobre a política exterior e as relações internacionais do Brasil, com mais de mil livros publicados e uma biblioteca digital com 700 livros de acesso gratuito.

*Expertise* é uma palavra de origem francesa que significa experiência, proficiência, perícia e especialização. Refere-se ao conhecimento adquirido pelo estudo, pela reflexão e pela prática. Mais do

que acesso à educação ou à informação, ela também representa a habilidade de usar esses fatores culturais e científicos para entender, interagir e mudar a realidade. O conhecimento é uma ferramenta essencial para a vida, já que dá significado à nossa existência, permite que melhoremos o País, bem como a sociedade internacional, sobretudo diante dos desafios globais. No campo econômico, por exemplo, a produtividade decorre do conhecimento, do “know-how”. No das Relações Internacionais, ele nos permite bem avaliar as opções de política externa, para promover valores, possibilitar convergências que facilitem o alcance dos interesses nacionais. O conhecimento contribui para a formulação autônoma, ou seja, para o desenvolvimento de uma perspectiva própria. Evita a simplificação no processo de análise e erros que poderão ter implicações graves e definitivas para o Brasil e para cada um de nós, cidadãos.

Mas é preciso não confundir o conhecimento, como conceito epistemológico, com as informações ligeiras ao alcance geral nos dispositivos de busca na internet ou pela simples troca de dados em redes sociais. Conhecimento é pré-condição para exercitar a sabedoria da mesma forma que se usa a experiência e a *expertise* para tomar decisões sensatas.

Atualmente, muitas pessoas pensam que são sábias e peritas em assuntos específicos, porque elas podem facilmente dar uma “pesquisadinha” no Google. Elas pensam que as respostas estão na ponta de seus dedos. E isso lhes dá a sensação de que tudo sabem. Essa atitude pode levar à arrogância individual e ao populismo político com efeitos desastrosos. Como vocês bem sabem, há uma fronteira grande e perigosa entre ignorância e conhecimento.

Em 1980, o escritor Isaac Asimov já advertia para os riscos da banalização do conhecimento e do enfraquecimento da especialização, ou seja, da *expertise*. No ensaio intitulado ‘Um Culto da Ignorância’, Asimov

chamou a atenção para o fato de que o “*anti-intelectualismo* tem sido uma linha constante que envolve nossa vida política e cultural, alimentada pela falsa noção de que democracia significa que ‘minha ignorância é tão boa quanto o seu conhecimento’”. Na realidade, conhecimento e *expertise* são insubstituíveis, sem eles não podemos promover o entendimento e construir a confiança. E confiança mútua é fator fundamental nas relações internacionais.

Na medida em que nos aproximamos desta terceira década do século 21, no qual já se antecipam grandes avanços tecnológicos, sobretudo na área da inteligência artificial, impõe-se refletir sobre a questão do conhecimento, e de sua importância inclusive para as relações internacionais. Sabemos que a ignorância e o preconceito contribuíram, na primeira metade do século 20, para duas guerras desastrosas no seio da civilização ocidental. A partir de então, consolidou-se a tendência no sentido da formação de um sistema internacional capaz de promover o entendimento, a compreensão e a cooperação entre as nações com vistas ao desenvolvimento e à manutenção da paz e da segurança internacionais. A Carta das Nações Unidas é marco histórico nesse processo.

Apesar do tanto que a comunidade internacional, por meio do multilateralismo, conseguiu avançar na consecução desses objetivos, observa-se nesta era da comunicação instantânea ameaças de retrocesso. Isso pode ser um aviso para indicar a necessidade de aumentar nossos esforços para democratizar o acesso ao conhecimento, realçar o valor da *expertise* e estimular o saber. É pela via do estudo, da pesquisa, da reflexão e do debate que melhor poderemos definir nossos interesses, assim como os princípios e valores que devem orientá-los. Esse processo de conscientização e construção responde, em última análise, por nossa identidade, seja como cidadãos, seja como participantes de uma ordem

internacional, que queremos aprimorar. É necessário fortalecer a consciência de nossas responsabilidades e de nossos compromissos perante a sociedade e a comunidade internacional.

O uso eficiente da internet e das redes sociais pode ajudar-nos a difundir conteúdos capazes de assegurar formação adequada aos jovens e contribuir para o aprofundamento dos estudos no campo das relações internacionais com vistas à compreensão da disciplina e à promoção do conhecimento mútuo e da confiança entre os povos. Aristóteles – para citar um exemplo - desenvolveu sua teoria do conhecimento baseada na lógica e na razão. Observou que não basta a simples coleta de informações, há que conhecer os fatos, refletir sobre eles e compreender as razões subjacentes. Com efeito, para o filósofo grego, as bases do conhecimento encontram-se no próprio raciocínio, no processo de argumentação, de busca das causas, na pesquisa, bem como na percepção, na memória e na intuição. É a filosofia que nos ajuda a conhecer, compreender e refletir sobre a essência do mundo em que vivemos.

Mas são as Relações Internacionais, a História, o Direito e a Economia Internacional o universo acadêmico e multidisciplinar que, num mundo interdependente e global, ajudam indivíduos e nações a compreender o que existe além de suas fronteiras e as forças que influem na evolução do sistema internacional e repercutem também nas realidades nacionais. O papel da academia e da sociedade civil, em geral, reveste-se de fundamental importância nesse processo. No início do século 20, ainda em plena *Belle Époque*, os cidadãos da Europa Ocidental e, posteriormente, de boa parte do mundo, não imaginavam que estavam prestes a se envolver no maior conflito no seio da civilização ocidental. Tampouco que a guerra se alastraria e afetaria todos os continentes. Historiadores não lograram advertir e políticos não conseguiram prevenir ocorrências tão graves para a

humanidade. Foi nesse contexto, em decorrência da percepção de falha sistêmica, que se criou a disciplina das Relações Internacionais e seu objeto passou a ser o exame não apenas dos fatos, mas, sobretudo, das forças profundas, do conjunto de fatores que influenciavam os processos decisórios responsáveis pela paz e a guerra. Compreender essas forças em sua causalidade com os processos desestabilizadores da ordem tornou-se condição necessária para a prevenção de novos conflitos.

Conhecimento é o resultado de complexos processos cognitivos e, cada vez mais, representa poder. Tradicionalmente, reconhecem-se duas teorias centrais de Relações Internacionais: idealismo ou liberalismo e realismo. Idealistas acreditam na ideia de que é possível prevenir as guerras e promover a cooperação universal. Por sua vez, os realistas se inspiram na natureza belicosa dos homens. As guerras mundiais ofereceram um exemplo eloquente para provar que teorias realistas estavam certas. Por outro lado, Kant, Wilson e o sistema das Nações Unidas representam encorajamento às ideias liberais. É necessária a consciência sobre o funcionamento do sistema internacional e a governança global. Não basta a cidadania se não estivermos também representados nas instâncias que decidem importantes questões que afetam o destino das nações. Apesar disso, no sul global, a educação continua sendo mais um privilégio do que um direito e os valores democráticos são tênues e devem ser promovidos e consolidados. No Ocidente, atitudes anti-intelectualistas estão sendo encorajadas recentemente pela mídia social e pelo populismo. Essa situação exige escrutínio permanente para criar maior consciência a respeito dos fatores que ameaçam valores fundamentais, enfraquecendo nossa capacidade de entendê-los e praticá-los. A alternativa seria perder consciência de nossa própria identidade, o que encorajaria o autoritarismo, o abuso de poder e a violência. É imperativo que o conhecimento seja

acessível a todos e usado para promover o bem-estar comum para gerações presentes e futuras num espaço planetário ainda singular.

No âmbito das mídias sociais, vivemos também em um momento de “notícias falsas” que influenciam decisões e podem desafiar instituições democráticas, bem como a ordem internacional e os valores por trás dela. A sociedade americana ainda está investigando e discutindo a suposta influência russa em suas últimas eleições presidenciais, enquanto no Reino Unido preocupações ainda estão surgindo, por exemplo, sobre o papel da Cambridge Analytica no referendo do Brexit. A mesma falta de transparência observa-se atualmente no envolvimento de empresas brasileiras em processos eleitorais na América Latina e na África incentivadas por uma política externa que se teria afastado das tradições diplomáticas brasileiras e substituído o comportamento profissional de observância do princípio da não-intervenção por atitudes voluntaristas de estímulo ao envolvimento na política interna de outros países para, aparentemente, impulsionar interesses especiais.

O Brasil se considera um país democrático, onde liberdades fundamentais são respeitadas e um mecanismo de limitações garante o sistema de freios e contrapesos no poder das autoridades para prevenir abusos, assegurar a liberdade individual e evitar o autoritarismo. Continua sendo também um país em desenvolvimento com uma sociedade desigual. Poder-se-ia argumentar que a ele ainda faltam as condições para garantir o ambiente seguro e sustentável, na configuração de Kofi Annan, para o conceito de desenvolvimento. Mas nós nos orgulhamos por vivermos num sistema aberto que permite a liberdade de opinião, o debate e o aperfeiçoamento da democracia. Sentimos também orgulho diante da diversidade da formação étnica nacional e das características de nossa sociedade multirracial. Nossas matrizes culturais e nossa língua constituem

ferramenta conversacional e de cooperação entre povos em todos os continentes. Orgulhamo-nos de fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que é formada por nove países com mais de 260 milhões de pessoas. Nossa parceria com outras nações lusófonas reforça algumas tradições importantes da diplomacia brasileira: multilateralismo e cooperação como um instrumento para desenvolvimento.

O Brasil possui tradição diplomática bem reconhecida internacionalmente. Em 2013, a FUNAG reuniu um grupo de historiadores, estudiosos de relações internacionais e diplomatas para discutir a formação de ideias e conceitos através da evolução da política externa brasileira. Como resultado dessas reuniões, a conclusão alcançada foi que a diplomacia brasileira desenvolveu historicamente seus próprios padrões apoiando suas ações. O livro “Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)” constitui o resultado do projeto pioneiro da FUNAG. Ele identificou e analisou os conceitos subjacentes da diplomacia brasileira desde sua origem – mesmo antes da independência do país em 1822 – até o ano de 1964, começo do regime militar.

Até recentemente, a bibliografia disponível sobre esse assunto era limitada. Faltava responder à questão fundamental: “Existe um pensamento diplomático brasileiro?” E então, a uma resposta afirmativa, quais seriam as bases sobre as quais o pensamento diplomático brasileiro foi construído e quais suas principais características? Qual a gênese desse pensamento e onde encontrar as fontes para documentar sua evolução? E, por fim, quem teriam sido os principais responsáveis por sua formulação e implementação?

Dada a importância da posição regional do Brasil e sua projeção global, esse esforço exploratório na história diplomática do país também é de interesse para pesquisadores e acadêmicos no Brasil e no exterior.

Esse trabalho editorial e de pesquisa demonstrou o papel central da diplomacia no processo de construção do Estado-nação brasileiro. Também revelou como a diplomacia ajudou a preservar a integridade de um país com dimensões continentais e a estabelecer pacificamente suas fronteiras com a de dez países vizinhos – entre os quais três potências europeias. Os desafios de manter a unidade num contexto de diversidade étnica e cultural doméstica – além de forças externas de fragmentação – foram gradualmente superados e uma identidade comum foi criada. Em um mundo em que o nacionalismo exacerbado e as diferenças religiosas e étnicas, ainda hoje, geram intolerância e dificultam o diálogo entre povos, essa narrativa sobre a construção do Brasil, sua identidade, seus valores e o papel de seus diplomatas e estadistas tem despertado crescente atenção tanto aqui como no exterior. O conhecimento da história diplomática permite avaliar melhor a contribuição da diplomacia brasileira para estabelecer condições duradouras para a paz na região. Fatores geopolíticos na América do Sul fazem deste continente uma das poucas áreas do mundo sem sérios conflitos interestatais. Isso não é, no entanto, um acidente. Em contraste com o que aconteceu na América do Norte, grande parte das razões para tal deriva dos padrões que o Brasil estabeleceu por meio da solução pacífica das questões de limites fronteiriços, com base em princípios de direito internacional negociados bilateralmente ou por meio de arbitragem internacional. Tais condições não foram, assim, o resultado de circunstâncias fortuitas; nem ocorreram por acaso. Ao contrário, derivam do esforço diplomático e do paradigma regional e hemisférico que

o Brasil ajudou a construir, a partir do marco de política externa concebido no processo de negociação e delimitação das suas fronteiras.

A coleção Pensamento Diplomático Brasileiro tem servido de estímulo a pesquisas futuras sobre a evolução dos princípios, tradições e práticas da diplomacia brasileira, a fim de promover conhecimentos sobre como rivalidade, conflito e instabilidade que prevaleceram em determinados momentos na história regional da América do Sul deram lugar a uma visão distinta, que permitiu fossem postas em prática, ao longo de quase dois séculos, medidas de construção de confiança para o estabelecimento de um ambiente internacional caracterizado pela paz, cooperação, integração e desenvolvimento.

Alexandre de Gusmão, patrono da nossa Fundação, é considerado o vulto inaugural da gênese das tradições diplomáticas brasileiras. Ele nasceu em Santos, São Paulo, no período colonial. Não havia universidades no Brasil durante aquele período, ao contrário do que ocorreu na América hispânica e na inglesa. Para obter formação acadêmica, viajou a Portugal, onde na Universidade de Coimbra assegurou sua educação superior. Tornou-se diplomata português e foi o principal negociador do Tratado de Madrid de 1750. Trouxe do direito privado romano o princípio do *uti possidetis* e sua aplicação ao direito internacional público foi fundamental para estabelecer a posse e a propriedade sobre a maior parte do território atual do Brasil. Ele é reconhecido como um dos diplomatas mais habilidosos do seu tempo. Tornou-se um herói em Portugal, onde o seu busto está à entrada do Palácio das Necessidades, a chancelaria portuguesa.

No Palácio do Itamaraty, em Brasília, seu busto fica na Sala dos Tratados, junto com o de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. Gusmão é responsável pelo trinômio: pesquisa-diplomacia-direito, que representa seu legado para o pensamento diplomático brasileiro. O mesmo

princípio jurídico do *uti possidetis* inspirou nossa doutrina nas negociações de fronteiras durante o século 19 e início do século 20, com o acordo final assegurando a soberania do Brasil sobre o quinto maior território do mundo.

De fato, o papel da diplomacia na história brasileira e a construção de sua identidade são de tal importância que um dos maiores heróis da nação foi um diplomata de carreira, José Maria da Silva Paranhos Júnior, também conhecido como o barão de Rio Branco. Inspiradas pela boa vizinhança e pelo compromisso com o direito internacional, as negociações bem-sucedidas de fronteira de Rio Branco estabeleceram não apenas a forma final do território brasileiro, mas também um padrão regional e hemisférico, com consequências positivas para a comunidade internacional à medida que aprimoraram princípios e valores, contribuindo para a consolidação da diplomacia, do *jus gentium* e do estado de direito.

Exemplos do *soft power* do Brasil são conhecidos nos círculos diplomáticos. Eles moldam a narrativa e caracterizam a política externa do país. Embora menos conspícuos, os casos em que o Brasil recorreu ao *hard power* este cumpriu seu papel numa época de transição e de consolidação dos espaços nacionais no sul do continente e, mais tarde, nas negociações de fronteira com o Peru. O *hard power* também marcou a participação do Brasil na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. O Brasil foi o único país da América Latina que participou das duas guerras. Este ano celebraremos em novembro o centenário do fim daquele conflito, que perdurou por quase cinco anos.

Em contraste com a fragmentação da América Hispânica, a integridade territorial e a integração de um Brasil de dimensões continentais representam desafios na construção nacional no período do Império e da República. Os processos duais de assegurar a unidade

nacional através da integridade e promover a integração regional implicaram decisões de caráter político, jurídico e diplomático. O livro do Embaixador Rubens Ricupero, recém lançado *A Diplomacia na construção do Brasil* mostra a influência da Casa de Rio Branco, ou seja, do Ministério das Relações Exteriores nessas decisões. Segundo Gilberto Freyre, em seu livro *Ordem e Progresso*, o Itamaraty era a instituição responsável pelo que denominou de *valores superiormente nacionais*.

A partir desses valores e de uma visão de mundo, pode o Brasil, por meio de sua chancelaria, criar as condições para assegurar o respeito internacional mercê, sobretudo, de posições que refletiam uma perspectiva própria de compreensão das relações internacionais. Historicamente, talvez um dos exemplos mais eloquentes da contribuição do Brasil à diplomacia contemporânea tenha sido o papel desempenhado por Rui Barbosa, como chefe da delegação brasileira, e Rio Branco, como chanceler, na II Conferência de Paz de Haia, em 1907 na defesa do princípio da igualdade jurídica entre as nações. Era um conceito em descrédito, à época, pois afetava contrariamente os interesses das grandes potências. Graças à liderança do Brasil, esse princípio westfaliano foi reabilitado com o apoio de outros países em desenvolvimento. Sem o reconhecimento da igualdade soberana como princípio do direito internacional público, dificilmente haveria as condições necessárias para o estabelecimento do multilateralismo e com ele a cooperação internacional, o respeito mútuo, e a criação de um ordenamento internacional baseado em normas de direito.

A defesa do multilateralismo marca o compromisso com um sistema de interação estatal em que cada membro busca estabelecer relações com o conjunto dos demais, em vez de agir unilateralmente ou priorizar apenas ações bilaterais. Trata-se de um sistema que mais se aproxima dos atributos da democracia representativa projetados no plano internacional.

Membro fundador das Nações Unidas e dos principais organismos internacionais, o Brasil tem participado de forma ativa na construção do multilateralismo. Talvez uma de suas expressões mais exitosas, a partir do sistema de Bretton Woods e da criação da ONU, tenha sido a Convenção sobre o Direito do Mar, de 1982, que estabeleceu o regime jurídico aplicável na matéria, apesar da oposição dos EUA, cujo Congresso até ainda hoje não a ratificou, e da então União Soviética. A Convenção é expressão eloquente do multilateralismo em momento no qual se buscava um novo ordenamento internacional mais justo e equitativo.

Se foi marcante também a contribuição do Brasil ao estabelecimento de um sistema multilateral de comércio com a OMC, o mesmo pode ser dito em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, consagrado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, bem como no tocante à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima. É sem dúvida honroso para o Brasil ser um dos que contribuíram para o conceito de desenvolvimento sustentável que pauta, atualmente, a Agenda 2030 das Nações Unidas, e define os compromissos globais do desenvolvimento para os próximos doze anos.

Pode-se afirmar o mesmo quanto à liderança do Brasil e de outros países no processo de negociação e adoção do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, concluído em 2017, bem como nos avanços em matéria de doutrina de direitos humanos, na qual é reconhecível a contribuição do Brasil e de juristas como Antonio Cançado Trindade, atual juiz na Corte Internacional de Justiça na Haia. Trata-se do primeiro brasileiro a ser reeleito juiz daquela Corte pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral da ONU.

O fato de o atual Secretário Geral das Nações Unidas ser de nacionalidade portuguesa representa um incentivo adicional aos países de língua portuguesa. Sua notável experiência como ex-Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados – área em que o Brasil tem dado importante contribuição para o Pacto Global - certamente concorre para a promoção dos princípios e valores da Carta, bem como para o aprimoramento do multilateralismo e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030.

Na atual presidência rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil, juntamente com outros estados-membros, fez da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável o tema central dos projetos de interesse comum. O objetivo é encetar o diálogo e a cooperação na Comunidade para o alcance daquelas metas.

A globalização, interdependência e multipolaridade representam um desafio, inclusive para os estudantes das relações internacionais. Essas novas realidades devem não apenas ser entendidas, mas também explicadas à sociedade em geral, a fim de evitar mal entendidos e decisões precipitadas com base em argumentos precários. Em outras palavras, há necessidade crescente de democratizar o acesso ao conhecimento sobre relações internacionais e promover disseminação mais ampla de informações e ideias para permitir maior consciência da importância da política externa, das relações internacionais e das questões, interesses e valores que estão em jogo.

Esta é a missão institucional da Fundação Alexandre de Gusmão. Nosso objetivo é contribuir para o conhecimento das relações internacionais, política externa e memória diplomática brasileira. Promovemos debates, seminários e atividades de pesquisa. Além disso, a FUNAG edita e publica livros. A divulgação desses trabalhos gera não

apenas conscientização e conhecimento sobre os temas discutidos, mas também estimula o conhecimento mútuo de que a comunidade internacional depende para uma cooperação efetiva entre seus membros.

Os livros da FUNAG podem ser encontrados na Biblioteca Digital em sua página e estão disponíveis para acesso *on-line* gratuito. Esses livros e os debates organizados pela Fundação têm o mérito adicional de estimular o pensamento autônomo, reflexões inovadoras e até mesmo uma perspectiva diferente sobre política externa. Eles ajudam a entender assuntos de interesse para uma cultura de paz e desenvolvimento, bem como para a capacidade de contribuirmos para o bem-estar da humanidade. O conhecimento histórico pode impedir a repetição de erros, uma vez que nos lembra daqueles cometidos no passado. Além disso, o livre acesso a publicações e debates auxilia no processo decisório político e influi no julgamento sensato e correto. Nosso compromisso estratégico orienta-se assim para a promoção do conhecimento e da *expertise*, bem como para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Vocês, estudantes e professores do ENERI, compõem o público-alvo dos nossos esforços em favor da democratização do conhecimento das relações internacionais, da consistência e coerência de nossas políticas e propósitos como Estado-nação. Vocês, assim como nós, somos todos os guardiões das nossas tradições, dos nossos valores e do respeito que a diplomacia brasileira, com o apoio da sociedade civil, possa continuar inspirando junto à comunidade internacional.